



IPAC·BA VOL. II
RECÔNCAVO I PARTE

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL

VOL. II · MONUMENTOS E SÍTIOS DO RECONCAVO, I PARTE · BAHIA

EXECUTADO POR

Arq. PAULO ORMINDO DAVID DE AZEVEDO, coordenador
Arq. ESTERZILDA BERENSTEIN DE AZEVEDO

EQUIPE DE APOIO

DOCUMENTAÇÃO DE CAMPO E FOTOGRAFIAS

Arq. Francisco Soares Senna

CADASTRAMENTO DOS SÍTIOS URBANOS

Fernando Colombo

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Eugenia A. Salomão, Zilmar de Almeida

CONSULTORIA EM HISTÓRIA

Prof. Waldemar Mattos

LEVANTAMENTOS ARQUITETÔNICOS

Aliomar G. Malaquias, José A. Ribeiro,
Jorge Hereda, Márcio Sampaio

DESENHO

Jónatas C. do Nascimento, José Carlos S.
de Moraes, José C. Azevedo

DATILOGRAFIA

Radija Choucate Braga

INTRODUÇÃO AO RECÔNCAVO

Com o nome de Recôncavo é conhecida desde o século XVI a faixa de terra formada por mangues, baixios e tabuleiros que contornam a Baía de Todos os Santos. O Recôncavo é uma região de topografia baixa, com excessão da zona de Cruz das Almas onde a altitude média é 200m. Administrativamente o Recôncavo corresponde a duas micro-regiões do Estado da Bahia, a 150 e a 151, e reúne 35 municípios, totalizando 10.400km² de superfície.

Geologicamente a região é formada por uma fossa tectônica preenchida por sedimentos cretáceos que segue em direção NE, indo terminar no baixo São Francisco. Esta faixa sedimentar argilosa ou argilo-arenosa representa 60% da área do Recôncavo e é limitada a leste pela Falha de Salvador e a oeste pela Falha de Maragogipe. Os restantes 40% são constituídos por dois maciços cristalinos (1). Na área de sedimentação cretácea ocorrem solos argilosos, profundos, pouco sujeitos à erosão, conhecidos localmente como massapês e classificados como vertissolos. Derivam da decomposição do calcário sob clima tropical úmido (2). São solos de cor escura, muito ricos em materiais orgânicos, pouco permeáveis, mas que conservam a umidade durante muito tempo. Estes solos quando úmido sofrem expansão e tornam-se muito pesados e plásticos. Quando secos endurecem e contraem-se, rachando. Por esta razão são muito difíceis de serem lavrados mecanicamente (3).

A baía, um antigo vale afogado, apresenta inúmeras rias e nela desagüam vários rios navegáveis, como o Paraguaçu, o Subaé e o Jaguaripe. Foi neste porto natural, situado no meio da costa brasileira, que os portugueses fundaram em 1549 a sede do governo colonial, depois do fracasso de outras tentativas de colonização do país. A capital administrativa e praça-forte foi construída no lado interno do maciço cristalino que separa a Baía de Todos os Santos do Atlântico, exatamente na crista da Falha de Salvador, tendo a escarpa como muralha defensiva.

Logo, os portugueses descobriram as virtudes do massapê e do clima tropical e transplantam para o Recôncavo a experiência de cultivo de cana de açúcar adquirida na Ilha de Madeira e nos Açores. A colonização da região fez-se com a expansão desta lavoura. Em 1559, após a primeira e segunda guerra

contra os índios de Jaguaripe e do Paraguaçu, os colonizadores conseguiram expulsar os indígenas da região. Esta expulsão facilitou, porém, a penetração em alguns pontos de tribos irreduzíveis, como os Tapúias e Aimorês. Menos de quatro décadas depois da fundação de Salvador, Gabriel Soares de Souza contava no Recôncavo 16 freguesias, 62 igrejas, 3 mosteiros de religiosos, 8 casas de cozer meles, 36 engenhos moentes e correntes, dos quais 15 eram movidos por bois. Outros quatro engenhos estavam sendo construídos e a produção anual de açúcar ultrapassava as 120.000 arrobas (4). No final do século XVI, o Rio Paraguaçu, desde o lagamar do Iguape até o seu trecho encachoeirado, estava povoado em ambas as margens.

Paralelamente às funções primitivas-administrativa e militar - crescia a função portuária de Salvador com a exportação do açúcar e a importação de escravos africanos para produzi-lo. Nos terrenos impróprios à cana de açúcar, surgiu uma lavoura ancilar, o tabaco, que era trocado por escravos na costa d'África. Ao lado destas lavouras do tipo "plantation system" desenvolveram-se outras de subsistência, especialmente a da mandioca. Uma legislação de 1688, reforçada em 1701, proibia a criação de gado em uma faixa de 10 léguas (60km) da beira-mar e rios para que o gado não competisse com aquelas lavouras. A comunicação de Salvador com seu "hinterland" se fazia exclusivamente pela baía e seus prolongamentos, os rios e rias. Gabriel Soares, em 1587, afirma que 1400 embarcações podiam ser facilmente requisitadas no Recôncavo se o serviço real necessitasse. Todos os que ali viviam tinham seu barco ou canoa. A classe pobre e os escravos comiam quase só peixes e mariscos. No final do século XVII, são elevados à vila os principais portos da região: Jaguaripe em dezembro de 1697, Cachoeira em janeiro de 1698 e S. Francisco do Conde em fevereiro do mesmo ano.

A economia do Recôncavo, fundamentalmente vinculada à lavoura açucareira, sofreu grandes oscilações em seus quatro séculos de existência. Nos primeiros cinquenta anos a cultura da cana era próspera e crescente. Contava com preços compensadores, proteção e estímulos governamentais, liberdade de produção e facilidade de transporte. Portugal era o maior produtor mundial

de açúcar e a Coroa detinha o monopólio de sua comercialização que era compartilhado com a Holanda, que o distribuía no mercado europeu.

Com a dominação espanhola de Portugal, os holandeses procuraram restabelecer o fornecimento de açúcar tentando controlar as áreas produtoras brasileiras. Em 1624 ocupam Salvador, mas são expulsos no ano seguinte. Voltam-se então para Pernambuco, onde permanecem de 1630 a 1654. Em represália à perda de Salvador, os holandeses saqueiam e incendiam os engenhos do Recôncavo seis vezes no período que vai de 1627 a 1648. A estes prejuízos somaram-se o saque da tropa espanhola que libertou Salvador, o esforço de reconstrução da cidade, e as contribuições pagas pelos senhores de engenho para a paz com a Holanda (5). Em 1654, quando a economia regional se recuperava, a Europa é invadida pela produção de açúcar das Antilhas, desenvolvida pelos holandeses com a experiência adquirida no Brasil.

Antonil insinua que os últimos anos do século XVII e primeiros do século seguinte foram anos relativamente prósperos para o Recôncavo devido ao preço elevado do açúcar. Este aumento de preço fez, porém, com que muitos países europeus iniciassem a produção de açúcar em suas colônias e que os senhores de engenho ampliassem suas instalações endividando-se perigosamente. A descoberta de ouro em Minas Gerais provoca, pouco depois, uma transferência em massa de força de trabalho para aquela região, gerando uma crise na produção de açúcar, a partir de 1739. Os efeitos da crise não foram maiores por que existiram compensações para a região, como o tráfego do minério e do gado, já que durante muitos anos o acesso às minas se fazia pelo Recôncavo. A descoberta de outros caminhos para as minas e a preocupação da Coroa de centralizar a exportação do ouro em um só porto, fez transferir para o Rio de Janeiro, em 1763, a capital do país. Em 1758 ainda existiam na região quase 180 engenhos, mas seus senhores estavam integralmente endividados (6).

A partir de 1766 a situação melhorou, sendo ampliados alguns engenhos e fundados outros. Para isto contribuíram a criação da Mesa de Inspeção, a política de fixação dos preços do açúcar e dos fretes e a regularização dos transportes com a eliminação das frotas. Nesta época são também incorporadas melhorias agrícolas à produção do açúcar, como a cana caiana, uma espécie mais produtiva e resistente, introduzida na região por Manuel de Lima Pedreira, senhor do Engenho da Praia (7).

Uma conjuntura especial faria com que os três primeiros quartos do século XIX fosse um período de grande prosperidade para o Recôncavo. No exterior o preço do açúcar se manteve elevado devido às lutas napoleônicas, a desorganização da produção das colônias espanholas e inglesas das Antilhas e a ampliação do mercado europeu, um dos primeiros efeitos da revolução industrial. Internamente, a produção brasileira aumentou com o retorno ao litoral de uma parte da população das Minas Gerais e Chapada Diamantina devido ao esgotamento das jazidas, a adoção de avanços tecnológicos como o arado, as caldeiras em linha sobre um só fogo, as máquinas a vapor e a abertura dos portos brasileiros a todas as nações. O número de engenhos da região dobrou no período de 1800 a 1835, passando de 400 a 811 (8).

A introdução da máquina a vapor no Brasil se deve à iniciativa de alguns baianos, dentre os quais se destaca o Brig. Felisberto Caldeira Brandt Pontes, futuro Marquês de Barbacena. Associado a outro senhor de engenho, Pedro Rodrigues Bandeira, ele é o primeiro a encomendar em 1810 uma "bomba a vapor" na Inglaterra, mas é forçado a desistir ante a negativa da fábrica Walsh & Bolton de mandar um técnico instalar a máquina e treinar pessoal. Provavelmente por sua insistência, seu cunhado, Pedro Antonio Cardoso, importaria dois anos mais tarde um motor a vapor para seu engenho Boa Vista em Itaparica, inaugurada solenemente em 1815 com a presença do Conde dos Arcos (9). Equipamento de igual tipo seria instalado no mesmo ano no Engenho Pimentel, do Barão de Maragogipe (10). Quatro anos mais tarde, Felisberto Caldeira Brandt Pontes instalaria uma destas máquinas em um barco armado no estaleiro da Preguiça, criando o famoso Vapor de Cachoeira, imortalizado no folclore baiano (11).

Em 1834 já existiam 46 engenhos movidos a vapor no Recôncavo (12).

O "boom" da economia regional permitiu que as cidades de Santo Amaro, Cachoeira e Nazaré, localizadas nos limites de navegação dos principais rios do Recôncavo e escoadouros das zonas de produção de açúcar, fumo e café, respectivamente, construíssem, em meados do século, com seus próprios recursos, ferrovias para drenarem a produção de suas zonas de influência. Também desta época é o estabelecido de linhas regulares de navegação a vapor com a capital. Salvo Cachoeira, que inaugurou este serviço em 1819, como vimos, Santo Amaro e Nazaré incorporaram estes benefícios em 1847 e 1852, respectiva -

mente. Sobre o desenvolvimento da função portuária fez-se o desenvolvimento urbano daquelas cidades de que são testemunhos seus centros históricos e os belos sobrados que os compõem.

Pode-se, portanto, falar de um período áureo do Recôncavo que se inicia no terceiro quartel do século XVIII e termina em igual período do século XIX. Isso não significa que neste lapso de tempo não tenham existido crises como as decorrentes das Lutas de Independência e da epidemia de coleramorbus de 1855 que provocou a perda de uma safra e grandes baixas entre os escravos, quando já estava suspenso o tráfico negreiro. Duas safras foram também perdidas cinco anos mais tarde devido a uma forte seca. Mas o preço do produto continuava se elevando chegando a seu ápice em 1863, em consequência da Guerra de Secessão nos Estados Unidos.

A partir de 1873, com a perda de duas safras em consequência de uma praga que atacou os canaviais, inicia-se um período de grande depressão. Documentos da época indicam como causa da decadência da lavoura canavieira a transferência de escravos para São Paulo para trabalharem nas fazendas de café e a perda de 10.000 braços na Guerra do Paraguai (13). Além destes fatores internos, existiam outros externos, como a reorganização da produção de açúcar de cana nas Antilhas e de beterraba na Europa com técnicas modernas que a agroindústria brasileira não possuía. O Governo Imperial tenta superar a crise criando uma escola superior de agricultura no Recôncavo e construindo, a partir de 1875, Engenhos Centrais, visando separar a atividade agrícola da de fabrico do açúcar, incorporando à última técnicas verdadeiramente industriais. Ambas iniciativas fracassaram. A Abolição da Escravatura, em 1888, dá o golpe final nos engenhos.

A decadência dos engenhos coincide com o aparecimento das usinas, uma realidade social, econômica e tecnológica muito distinta do engenho. Em 1880 é inaugurada a Usina Bom Sucesso, fundada pelo Conde de Sergimirim, Visconde de Oliveira e Barão de Geremoabo, e se inicia a construção da de Pojuca. As usinas incorporam novos avanços tecnológicos, como a utilização do bagaço como combustível, equipamentos para fabricar açúcar branco sem purgar, utilização da eletricidade como força motriz, etc. Diante da economia de escala de produção e melhor qualidade do produto das usinas, os engenhos vão progressivamente ficando de fogo-morto. Os senhores de engenhos vendem ou a-

bandonam suas terras, casas-grandes, capelas e mortos e vão para às cidades. Os que tentam permanecer são obrigados a se transformarem em fornecedores de cana para usinas.

Erroneamente se tem afirmado que o Recôncavo foi uma região de latifúndios. Um estudo recente do cadastramento dos engenhos do Iguape, realizado entre 1858 e 1860, demonstra que carece de fundamento esta ideia (14). Foi com a criação das usinas que começou o processo de concentração da propriedade na região provocando o abandono das antigas sedes dos engenhos incorporados. As Usinas Passagem e São Carlos, que mais tarde se fundiriam, incorporaram, por exemplo, os Engenhos Passagem, Velho, Botelho, Subaé, Cazumba. Uma outra usina, a Cinco Rios, incorporou o engenho do mesmo nome, Sapucaia, Cassarangongo, Paramirim, etc.

Curiosamente conseguem sobreviver alguns banguês, pequenos engenhos que produzem rapadura, açúcar mascavo e cachaça para o mercado local, e deste modo não competem com as usinas, que produzem para exportar. Muitos destes banguês ainda existem em funcionamento na banda ocidental do Recôncavo. Na primeira metade do século XIX o Recôncavo experimenta a mais grave e prolongada crise econômica de sua história. Além da queda de produção em consequência da mudança na estrutura de produção, com a substituição do engenho pela usina, o produtor nacional perde a capacidade de competição no mercado externo. Durante a I Grande Guerra se desorganiza a produção europeia de açúcar de beterraba e os preços internacionais do produto sobem favorecendo a indústria nacional. Mas a crise de 1929 faz cair os preços do produto e se acumularem grandes estoques. A partir de 1930 foram assinados acordos internacionais limitando a produção de cada país, e recuperando o preço do açúcar.

A situação da indústria açucareira do Nordeste é mais grave. Além de sofrer a concorrência estrangeira passou a enfrentar o desafio dos produtores paulistas, que diante da super-produção de café começaram a diversificar sua lavoura. Para reestabelecer o equilíbrio do mercado interno, o Governo Federal criou, em 1933, o Instituto do Açúcar e do Alcool que fixou cotas de produção. O I. A. A. instaurou verdadeiro monopólio de fabricação em favor das usinas, cuja produção era economicamente significativa, condenando à morte os últimos engenhos e banguês.

As cidades portuárias do Recôncavo, além de serem atingidas pela crise do açúcar, experimentam, no início do presente século, um processo de marginalização frente as novas redes de transporte. A aprovação do Plano Rodoviário Estadual, em 1917, e a unificação pelo Governo Federal, trinta anos mais tarde, das redes ferroviárias criadas por aquelas mesmas cidades, tiraram destes centros urbanos a condição de capitais sub-regionais, drenando diretamente para o porto de Salvador toda a produção de suas antigas áreas tributárias. Este fato viria agravar a decadência daquelas cidades.

De crise em crise a lavoura de cana de açúcar e suas culturas anexas vão se reduzindo sem que haja nenhuma substituição. Notáveis conjuntos de engenho e centros históricos são abandonados e se arruinam.

A partir de 1947, com o começo da exploração do petróleo nos Campos de Aratu, Candeias, Dom João, Bimbarra, Paramirim e Socorro, inicia-se um novo ciclo econômico no Recôncavo. O processo de industrialização atingiria especialmente a banda oriental do Recôncavo. Em setembro de 1950, entrou em funcionamento a Refinaria de Mataripe. Em 1967, criou-se o Centro Industrial de Aratu (CIA), nos Municípios de Simões Filho e Candeias, e após sete anos de trabalhos, inaugurou-se recentemente o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). Estas novas atividades introduziram profundas mudanças sócio-econômicas na região, atingindo primeiro a pequena lavoura de subsistência para em seguida afetar o que restou da agroindústria açucareira (15). Concomitantemente com a industrialização, foram introduzidas novas lavouras na região. Em 1949, os Porciúncula, 61 anos após a primeira tentativa, reintroduzem com grande êxito econômico a cultura do cacau no Recôncavo. A variedade plantada no Eng. d'Água, em S. Francisco do Conde, foi o mutante Catongo, do grupo Forasteiro Amazônico. O dendê, até então utilizado como condimento da cozinha afro-baiana, é cultivado racionalmente para servir à indústria siderúrgica. Nas áreas desapropriadas pela Petrobrás são criadas extensas florestas de eucaliptos e pinheiros para produção de carvão vegetal. Plantações de bambu se expandem para atender a demanda das fábricas de papel. A paisagem do Recôncavo se transforma e os canaviais se restringem a pequenas áreas.

Embora vendendo suas terras para as grandes usinas, muitas famílias mantiveram uma dezena de hectares com a casa-grande e a capela, agora conver-

tida em chácara de fim de semana, como símbolo de seu antigo prestígio.

Com a desapropriação de grandes glebas para implantação de projetos industriais estes edifícios são definitivamente abandonados. Excepcionalmente são resgatados alguns monumentos situados nestas áreas, como a capela de Santo Antonio de Mataripe, recuperada pela Petrobrás, e o Engenho Freguesia, restaurado pelo Centro Industrial de Aratu, mas não é cogitado o reaproveitamento destes monumentos dentro do programa de desenvolvimento industrial da região. Arruinam-se, deste modo, conjuntos monumentais como os Engenhos Mataripe, Restinga, São Paulo, Mapele, Aratu, Matuim, Passagem Teixeira, dentre outros.

Esta é a primeira avaliação do acervo monumental e urbano do Recôncavo visando sua preservação pela reintegração da vida econômica e social da região. Tal é a profusão de monumentos do Recôncavo que foi necessário dividi-lo em duas áreas de estudo. A primeira, que constitui o objeto do presente volume, compreende a parte oriental do mesmo. Como vimos, esta é a área mais industrializada e sujeita a influência da cidade do Salvador, e por conseguinte, mais exposta aos efeitos da mudança sócio-econômica. Dentro desta zona está compreendida a Região Metropolitana de Salvador (RMS), criada em 1973 pela lei-complementar nº 14, que além da capital abrange os Municípios de Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Foram incluídos também nesta etapa de trabalho os Municípios de Amélia Rodrigues, Catú, Conceição do Jacuípe, Mata de São João, Pojuca, Santo Amaro, São Sebastião do Passé, Teodoro Sampaio e Terra Nova. Na área em estudo foram identificados e inventariados dois centros históricos e 105 edifícios de relevante interesse arquitetônico. Há municípios onde se concentram um grande número de monumentos, como Santo Amaro e São Francisco do Conde. Nos demais este número dificilmente ultrapassa uma dezena de monumentos. Existe ainda o caso de municípios onde não foi encontrado nenhuma construção de interesse, como Conceição do Jacuípe e Pojuca. Neste trabalho foi excluída a Capital por já ter sido estudada no primeiro volume do IPAC-Ba.

Para entender a arquitetura do Recôncavo é necessário ter uma idéia do que foi a organização social do engenho de açúcar. A grande família patriarcal, construída pelo senhor de engenho, esposa e filhos, aos quais se juntavam paren-

tes, agregados, empregados e escravos, era o centro de vida econômica, social, política, militar e religiosa. Em suas propriedades os senhores de engenho eram absolutos: davam direitos, administravam justiça e gozavam de privilégios. Criou-se assim uma modalidade de aristocracia de par com um regime quase feudal, afirma Manuel Diegues Jr. (16). A política brasileira no período colonial, ainda que dependente da Metrópole, girava em torno dos senhores de engenho. Durante o Império continuou gravitando em torno da aristocracia rural, manejada pelos senhores de engenho do Nordeste e pelos fazendeiros de café do Vale do Paraíba.

Imediatamente abaixo dos senhores de engenhos estavam os lavradores, aqueles que não possuíam engenhos mas moíam sua cana em engenhos alheios. Alguns eram proprietários de terras, outros cultivavam as terras de um engenho, repartindo com os seus proprietários a produção de açúcar. Existiam ainda os moradores, que eram homens livres que viviam nas terras do engenho cultivando lavouras de subsistência e pagando foro, na maioria dos casos, sob a forma de gêneros alimentícios ou de prestação de serviço.

Um quarto escalão era formado por assalariados que ocupavam postos administrativos e técnicos. Eram geralmente portugueses e muitos eram cristãos-novos pressionados pela Inquisição. Identificando-se com os interesses dos senhores de engenho, estes assalariados controlavam o trabalho escravo. Finalmente na base da pirâmide social estavam os escravos importados da costa da África. Sobre eles recaía todo o trabalho braçal, desde o cultivo da terra e a produção do açúcar até os serviços domésticos. Para os senhores de engenho possuir muitos escravos era "status" social e sinal de abundância. Tão importante era o escravo no sistema de produção do engenho que quando da Abolição da Escravatura, em 1888, o engenho e a aristocracia rural que ele produziu começaram a ruir dando lugar a usina e abrindo caminho para a burguesia industrial urbana.

Esta organização social se materializava em um complexo de edifícios cujos principais eram: a casa-grande, a capela, a casa de engenho ou fábrica e a senzala. A estes se somavam outros como: casas dos trabalhadores livres, alambique, casa de farinha, barracão ou armazém, carpintaria, olaria, caleira etc.

A casa-grande era o centro da vida social do engenho. Estava edificada geral-

mente em uma elevação dominando as demais construções. As mais simples eram térreas, enquanto as mais requintadas eram assobradadas. Muito frequente eram as construídas em aclives, parte apoiada sobre o solo e parte elevada sobre um porão. Casas com pátios só ocorrem na região de Matolin e datam da primeira metade do século XVIII. As casas contornadas de varandas surgem no Recôncavo no início do século XIX. Cronistas e viajantes se surpreenderam com o luxo de muitas destas casas-grandes, com cômodos ladrilhados de mármore, paredes revestidas de papel importado, mobílias de jacarandá recobertas por damascos e sedas, armários repletos de prataria e cristais. Não menos requintados eram os banquetes com que eram recebidos, não raras vezes servidos em baixelas de prata e regados de vinhos portugueses. Nas mesmas salas, em dias não festivos, se reuniam as mucamas da casa para bordarem, rendarem ou prepararem doces sob o comando da senhora do engenho.

A capela, além das funções religiosas, era ponto de reunião social. Ali se celebravam casamentos, batizados, primeiras-comunhão. Com frequência servia de cemitério aos membros da família. Na maioria dos casos ficavam separadas das residências, mas há exemplos interessantes de capelas edificadas contiguamente às casas-grandes. Dentre estas, podemos citar as dos Engenhos Freguesia, São José (demolido) e Pouco Ponto. Muitas capelas do século XVII, e algumas do XVIII, possuem alpendres, usualmente situados na frente do edifício e conhecidos como copiar, mas são frequentes também os laterais. As capelas do século XVIII e XIX tentam competir com as matrizes e incorporam destas galerias ou corredores laterais, superpostos por tribunas. Um elemento muito típico das capelas de engenho do Recôncavo é a sala lateral à capela-mór, ligada à mesma por um janelão com rejas. Deste camarim, geralmente simétrico à sacristia, assistiam à missa, sem serem vistos, alguns membros da família-grande, especialmente as mulheres.

A fábrica, ou casa de engenho, possuía quatro elementos principais: o corpo do engenho, onde estavam as moendas; a casa de caldeira, onde se cozia o melaço; a casa de purgar, onde o melaço se cristalizava; a caixaria ou ensacamento, onde o açúcar era acondicionado para o transporte. No Recôncavo estes elementos estavam geralmente sob um mesmo teto. Em outras regiões do Nordeste as duas primeiras funções formavam um barracão e as duas últimas outro.

Na parte ocidental do Recôncavo, que é objeto do próximo volume, há alguns exemplos de fábricas contíguas às casas-grandes.

A senzala era usualmente uma série de pequenos cômodos, com apenas uma porta, dispostos em linha e abrindo-se para uma varanda comum. Depois da Abolição algumas senzalas foram transformadas em residências para operários assalariados, outras abandonadas.

Na área em estudo, não encontramos nenhum engenho funcionando e aqueles que embora inativos ainda sobrevivem só conservam a casa-grande e a capela. Apenas três engenhos conservam a antiga fábrica: o Freguesia, hoje transformado em Museu Wanderley Pinho, o Pimentel e o Cajaíba.

Não poderíamos terminar estas linhas sem nos referirmos a algumas modificações introduzidas no presente volume do Inventário de Proteção do Acervo Cultural, IPAC. Estas modificações decorrem basicamente da necessidade de sistematizar melhor as informações recolhidas e permitir seu processamento por computador.

Aperfeiçoou-se também o método da avaliação do estado de conservação dos monumentos. Pela primeira vez estamos inventariando sítios. A ficha utilizada, como a de monumentos, se inspirou na do Conselho de Cooperação Cultural da Europa, mas foi modificada para atender a duas condições básicas: a de ser uma ficha específica para sítios urbanos e com condições de ser codificada e computada. Todas as informações relativas, seja às modificações da ficha Monumento, seja ao preenchimento da ficha Sítio Urbano, estão no final deste volume.

Decorrido quase quatro anos da publicação do primeiro volume do IPAC-Ba acreditamos que não reste mais dúvidas quanto à utilidade desta avaliação do nosso acervo monumental. Em base a ele poderão ser adotadas soluções operativas visando a recuperação e reutilização de nossos monumentos, mas estas medidas deverão ser adotadas imediatamente ou então este inventário será apenas um requiem pelo nosso patrimônio cultural.

Salvador, dezembro de 1978

PAULO ORMINDO DAVID DE AZEVEDO

NOTAS

- 1) MATTOSO, Katia M. de Queiroz, Bahia: A Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. S. Paulo, Hucitec, 1978, p. 34
- 2) Situado a 13º de latitude sul, o Recôncavo apresenta um clima caracterizadamente tropical. Nas ilhas e na área situada a SO da baía a precipitação pluviométrica anual é superior a 2.000mm. Nas zonas altas e secas a precipitação não é inferior a 800mm.
- 3) O massapé ocorre em muitos municípios do Recôncavo como em Cachoeira (Iguape), Candeias, Itaparica, Mata de São João, Pojuca, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Teodoro Sampaio e Terra Nova.
- 4) SOUZA, Gabriel Soares, Tratado descritivo do Brasil, em 1587. S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, p. 162.
- 5) PINHO, Wanderley, História de um engenho do Recôncavo 1552-1944. Rio, Ed. Zélio Valverde, 1946, pp. 73-83 e 193 e seguintes.
- 6) Ibidem, p. 210.
- 7) Ibidem, p. 110.
- 8) MATTOSO, op. cit. p. 50, nota 78.
- 9) SILVA, Ma. Beatriz Nizza da, A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil. S. Paulo, Cultrix, 1978, pp. 96-100.
- 10) ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin, Ensaio sobre o fabrico do açúcar. Bahia, 1834.
- 11) ALMEIDA, Rômulo, Traços de história econômica da Bahia no último século e meio. Salvador, Inst. de Economia e Finanças da Bahia, 1951, p. 5.
- 12) ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin, op. cit. p. 133.
- 13) PINHO, op. cit. p. 218-220.
- 14) MATTOSO, op. cit. p. 40-43
- 15) AZEVEDO, Thales, Problemas sociais da exploração do petróleo na Bahia. Salvador, Imprensa Oficial, 1960.
- 16) DIEGUES JUNIOR, Manuel, O engenho de açúcar no Nordeste. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1952, p. 6.

NORMAS DE EXECUÇÃO DO IPAC¹

FICHA DE MONUMENTO

A ficha do IPAC representa o documento de identificação do monumento com vista a sua proteção e se apresenta sob o aspecto de uma folha de cartolina no formato A4, sem margem. A ficha se divide em duas partes: uma fundamental (frente) e uma complementar (verso).

1. FRETE

CABEÇALHO - A ficha do IPAC possui como cabeçalho os seguintes dizeres: "República Federativa do Brasil, Inventário de Proteção do Acervo Cultural", seguida da categoria a que pertence o bem cultural em exame, no caso Monumento, e a sigla IPAC, com o número de inscrição do edifício inventariado.

IPAC Nº - a numeração do IPAC deverá ser efetuada da seguinte forma:

BR - BRASIL (indicação internacional da nação);

XXXXX - código do município adotado pelo IBGE;

1. X - tipologia do monumento em questão
Classificação:
1.0 - arquitetura religiosa, assistencial ou funerária;
1.1 - arquitetura militar;
1.2 - arquitetura civil de função pública;
1.3 - arquitetura civil de função privada;
1.4 - arquitetura industrial ou agrícola;

X - proteção existente
Codificação:
F - tombamento federal;
E - tombamento estadual;
M - tombamento municipal;
I - edifício inventariado mas não tombado;

XXX - número de ordem do monumento no âmbito municipal segundo a natureza do tombamento. Adotar a ordem cronológica de inscrição nos livros de tomo. Quando o monumento for inscrito em mais de um livro, adotar a primeira inscrição.
Exemplo: BR - 32008 - 1.0 - F001 (Convento de Santo Antonio de São Francisco do Conde). Monumento situado em território brasileiro (BR); no Estado da Bahia, micro região da capital (320), município de São Francisco do Conde (08); arquitetura religiosa (1.0); primeiro monumento tombado por legislação federal no referido municí

pio (F001).

ÓRGÃO EXECUTOR - A segunda linha é ocupada por inteiro pelo nome do órgão, ou órgãos, responsáveis pela execução do IPAC no Estado.

INDICAÇÃO DA POSIÇÃO GEOGRÁFICA - Indicar a Região, Estado, Município e Distrito em que está situado o bem inventariado, segundo o critério adotado pelo IBGE.

LOCALIZAÇÃO - Logradouro e número de porta do imóvel em exame.

DENOMINAÇÃO - Assinalar nas quadrículas 15 a 43 a denominação do monumento. Na falta eventual de nome típico, indicar o endereço.

CADASTRO IMOBILIÁRIO - Precisar, além do número, a folha do mapa cadastral a que pertence, se houver.

SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA - Assinalar nas quadrículas 44 e 45 o ambiente no qual se insere o monumento e tipo de situação do monumento com relação à vizinhança obedecendo a codificação abaixo:

Ambiente em que se situa o monumento:

- 1 - rua;
- 2 - praça ou jardim;
- 3 - parque ou horto;
- 4 - área natural;
- 5 - área loteada, mas não ocupada;
- 6 - ribeira, praia ou cais;

Tipo de situação do monumento com relação à vizinhança:

- 1 - encravado;
- 2 - com área livre em um dos lados;
- 3 - com área livre em dois dos lados.

Se o monumento estiver em sítio inventariado, assinalar nas quadrículas 46 a 59 o número de inscrição do sítio. Repetir por extenso no espaço branco as informações codificadas e descrever sumariamente o ambiente em que se encontra o monumento, assinalando inclusive o grau de proteção do sítio em que está localizado o monumento, se for o caso.

ÉPOCA - Indicar o século a que pertence o edifício atual, precisando o período em que foi construído.

Codificação:

- I - início do século;
- M - meado do século;
- F - final do século.

UTILIZAÇÃO ATUAL - Precisar o(s) uso(s) do edifício. Assinalar na

quadrícula 63 e seguinte as categorias de uso, segundo o código abaixo. No caso de um só uso, deixar em branco a segunda quadrícula.

- 1 - Instalações agrícolas, industriais e artesanais;
- 2 - administração e segurança pública;
- 3 - comércio;
- 4 - prestação de serviço;
- 5 - instalações hoteleiras;
- 6 - equipamentos comunais e associações;
- 7 - culto;
- 8 - habitação;
- 9 - desocupado

ÁREA CONSTRUÍDA - Registrar o somatório das áreas dos vários pisos. Preencher o espaço respectivo da direita para a esquerda desprezando as frações de metro quadrado.

DESCRIÇÃO - Registrar na quadrícula 69 o código de uma das seguintes apreciações genéricas sobre o mérito do edifício em exame:

- 1 - edifício de elevado valor monumental (grande integração das artes);
- 2 - edifício de relevante interesse arquitetônico;
- 3 - arquitetura menor de valor principalmente ambiental: urbanística e volumetricamente importante;
- 4 - edifício prejudicado pela inserção de elementos não condizentes ou mutilado;
- 5 - edifício desvinculado do contexto ambiental do ponto de vista urbanístico, volumétrico ou do caráter arquitetônico.

Assinalar com um "X" as manifestações artísticas mais importantes encontradas no monumento distinguindo aquelas incorporadas no edifício das que complementam o mesmo (bens móveis).

Quadrícula Manifestação Artística Incorporada ao Edifício

70	Pintura mural ou de teto;
71	talha;
72	azulejaria;
73	pedra lavrada (portada, fontes, arranques de escadas);
74	carpintaria;
75	serralheria (grades, portões).
	Bens Móveis
76	Quadros;
77	imaginária e escultura;
78	mobiliário;
79	alfaias.

A seguir, repetir no espaço em branco as expressões codificadas e descrever as características mais importantes do edifício bem como das manifestações artísticas que o integram. A quadrícula 80 indica o término do cartão perfurado de computação e seu número de ordem: 1.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO (2) - Para a avaliação do estado de con-

servação dos monumentos deverá ser consultado o anexo I, no qual cada um dos itens analisados é dividido em sub-itens que recebem determinado número de pontos proporcional a sua maior ou menor importância no edifício. Cada um destes sub-itens pode se apresentar em um dos três estados:

- Satisfatório** - elemento original bem conservado ou restaurado, valendo 100% dos pontos, isto é, isento de deduções;
- Medíocre** - elemento parcialmente alterado ou em estado precário, sujeito a dedução de 50% dos pontos;
- Ruim** - elemento muito alterado, eliminado ou substituído impropriamente, perdendo todos os pontos.

Para avaliação final deverá ser observada a seguinte tabela:

- Estado satisfatório** - 90 ou mais pontos;
- Medíocre** - entre 45 e 89 pontos;
- Ruim** - menos de 45 pontos.

A avaliação das condições de habitabilidade dos imóveis é analisada em dois itens: Salubridade e Instalações e Serviços. No item Salubridade são analisadas as condições de iluminação e ventilação naturais e a umidade dos ambientes. No item Instalações e Serviços são analisados: rede hidráulica, sanitário, rede elétrica e cozinha (3).

A época da avaliação do estado de conservação deverá ser assinalada nas quadrículas 15 a 19, sendo as três primeiras reservadas para as iniciais do mês e as duas restantes para a dezena do ano. Para permitir a atualização da ficha foram reservados dois outros campos para futuras inspeções.

PROTEÇÃO EXISTENTE - Indicar a proteção existente, citando detalhes como o livro e o número do tombamento e sua data.

PROTEÇÃO PROPOSTA - Indicar medidas recomendáveis de proteção, seja de caráter legal-administrativo, seja de natureza técnica.

GRÁU DE PROTEÇÃO - Indicar o grau de proteção como somatório de todos os valores artísticos, históricos e ambientais de cada unidade imobiliária considerada. A rigor um só monumento poderá compreender distintos Graus de Proteção, a depender da possível existência de partes de diferentes valores. Por exemplo, partes contrastantes classificáveis como G4 co-existent com partes com GP-1 ou GP-2. Os diversos Graus de Proteção, assinalados no local adequado, serão também evidenciados graficamente sobre a planta de situação, segundo a convenção a seguir descrita. O G4, proteção de referência, aplica-se apenas a enxertos espúrios que deverão ser eliminados.

Edifícios com GP-1 - Proteção direta - monumentos que devem ser conservados integralmente. Representação convencional de tais imóveis;

Edifícios com GP-2 - Proteção direta - monumentos que sofreram sucessivas transformações, muitas vezes im-

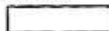
próprias, e só algumas partes justificam a proteção, enquanto o resto do edifício pode ser modificado sob o controle da autoridade competente. Representação convencional de tais imóveis:



Edifícios com G-3 - Proteção de referência - edifícios que podem ser eventualmente demolidos e substituídos por novas construções, desde que estas não contrastem com o ambiente que as circunda. Representação convencional de tais imóveis:



Edifícios com G-4 - Proteção de referência - edifícios cuja demolição sem reconstrução seria auspiciosa, porquanto é reconhecido seu caráter de enxerto espúrio. Representação convencional de tais imóveis:



ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA E FOTOGRÁFICA - A parte gráfica constará das plantas do monumento com escala gráfica em metros, e uma fotografia de identificação do monumento (4). A foto considerada principal deverá compreender, sempre que possível, todo o edifício. Recomenda-se homogeneidade nos ângulos de tomada. Salvo casos especiais, o formato das fotos deverá ser quadrado.

OBSERVAÇÕES - Neste espaço deverão ser assinaladas informações não contidas nos demais quadros, como episódios históricos importantes associados ao edifício, datas das festas populares comemoradas no monumento, etc. Neste espaço poderão ser assinaladas também chamadas a fichas de outros edifícios com os quais o monumento mantém algum tipo de relação.

FICHA COMPILADA POR: - Preencher o nome da equipe que tenha contribuído para a realização da ficha e o período em que foi executada.

CONFERIDA POR: - Preencher o nome do profissional ou profissionais encarregados do primeiro controle da ficha e a respectiva data.

REVISTA POR: - Preencher o nome do responsável pelo inventário que com a sua última revisão torna operante a ficha. Normalmente o responsável é o coordenador técnico do inventário que deverá ser um profissional de reconhecida experiência no setor de restauração e historiografia arquitetônica.

2. VERSO

DADOS COMPLEMENTARES - Esta parte é considerada complementar na medida em que o seu preenchimento fornece informações úteis, mas não indispensáveis, à proteção do bem cultural. Recomenda-se

a compilação, ainda que parcial, dos dados mais importantes disponíveis.

DADOS TIPOLOGICOS - Mencionar as características tipológicas de cada imóvel inventariado, quer no tocante aos aspectos arquitetônicos, quer no tocante aos aspectos urbanísticos. Destacar, no espaço correspondente, as características especiais do edifício, se houver.

DADOS CRONOLÓGICOS - Descrever cronologicamente a evolução do imóvel, assinalando inclusive os antecedentes da atual construção. Para efeito de computação, assinalar as épocas mais importantes da evolução do edifício segundo a ordem que se segue:

- Quadrícula 27 e seguintes - construção do primeiro edifício;
- 30 e seguintes - início do atual edifício;
- 33 e seguintes - término do atual edifício;
- 36 e seguintes - ampliação do atual edifício.

A época deverá ser assinalada por século e período do mesmo: início, meado e final. Se nunca existiu um edifício primitivo situado no local do atual, deixar em branco as quadrículas 27 a 29.

UTILIZAÇÃO PROPOSTA - Registrar as propostas concretas de reutilização do edifício, ou propor, se for conveniente, a mudança de utilização desde que a atual não esteja de acordo com o Grau de Proteção do edifício. Assinalar nas quadrículas 39 e 40 as utilizações compatíveis com o edifício usando o código adotado no parágrafo "Utilização Atual". Repetir por extenso, no espaço em branco, as utilizações codificadas.

DADOS TÉCNICOS - Fornecer indicações sobre o sistema construtivo e materiais empregados, assinalando nas quadrículas 41 e 42 a categoria da estrutura e seu material, e na quadrícula 43 o material das paredes de vedação, quando estas não forem estruturais.

Classificação dos sistemas estruturais:

- 1 - Estrutura parietal - paredes auto-portantes de alvenaria de pedra, tijolo, taipa de pilão ou adobe;
- 2 - Estrutura autônoma - esqueleto autônomo constituído de pilares e vigas de materiais diferentes das paredes de vedação;
- 3 - Estrutura mista - combinação dos dois sistemas anteriores.

Codificação dos materiais:

- 1 - alvenaria de pedra;
- 2 - alvenaria de tijolo;
- 3 - alvenaria mista (pedra e tijolo);
- 4 - taipa de pilão, taipa de mão ou adobe;
- 5 - madeira;
- 6 - concreto;
- 7 - metal.

Registrar elementos estruturais relevantes como arcos, abóbadas e cúpulas.

RESTAURAÇÕES E INTERVENÇÕES REALIZADAS - Assinalar com critério cronológico as restaurações e intervenções construtivas realizadas no edifício. Registrar nas quadrículas 44 e 45 as últimas intervenções realizadas no edifício e nas quadrículas 46 e 47 o ano em que foram concluídas. Utilizar a codificação descrita no parágrafo - "Restaurações Necessárias", que se segue.

RESTAURAÇÃO NECESSÁRIA - Assinalar nas quadrículas 48 e 49 as operações de restauração que necessita o imóvel segundo o código a seguir.

CÓDIGO	TIPO DE INTERVENÇÃO	CASOS DE APLICAÇÃO
1	Estabilização sem reutilização	Ruína muito mutilada
2	Implementação construtiva para reutilização	Ruína recuperável
3	Consolidação estrutural	Edifícios com estabilidade comprometida
4	Recuperação da cobertura	Edifícios com cobertura precária
5	Saneamento e refuncionalização	Pardieiros e edifícios abandonados
6	Eliminação de elementos e superposições sem mérito arquitetônico	Edifícios muito alterados
7	Reparos gerais e limpeza	Edifícios mal conservados
8	Restauração de objetos de arte	Obras de arte necessitam do restauro como: altares, imaginária, forros, azulejos, etc.
9	Recuperação ambiental	Edifícios desambientados

Repetir por extenso, no espaço correspondente, as intervenções de restauração recomendáveis.

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR GRÁFICA E FOTOGRÁFICA - Espaço disponível para todas as ilustrações complementares julgadas úteis a uma melhor compreensão do monumento. Normalmente deverão ser colocados neste espaço os seguintes elementos: gravuras antigas, documentação fotográfica complementar do edifício, como: fachada posterior, interior, detalhes e planta de situação. Esta planta deverá ser elaborada a partir de levantamento cadastral, destacando o edifício inventariado com a convenção correspondente a seu grau de proteção. A planta de situação deverá trazer obrigatoriamente escala gráfica em metros, orientação e, se possível, curvas de nível.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA - Mencionar os livros que pelas informações ou dados bibliográficos contidos possam constituir uma referência

fundamental para o conhecimento do bem inventariado. Se a bibliografia for muito extensa, assinalar apenas o sobre-nome do autor e ano da publicação. Os demais elementos de referência deverão aparecer na bibliografia geral do volume.

FOTOS - Relacionar pela ordem em que aparecem as fotografias do monumento. Recomenda-se a seguinte ordem de apresentação das fotos:

- 1 - Foto de identificação (volumetria e fachada principal);
- 2 - fachada posterior ou lateral;
- 3 - interior;
- 4 - detalhe de importância.

Quando existir foto antiga ou gravura que esclareça a feição primitiva do edifício, substituir uma das fotos acima relacionadas pelo documento iconográfico.

PERIGOS POTENCIAIS - Espaço disponível para registro de eventuais perigos, inclusive aqueles decorrentes de grandes obras públicas ou privadas que poderão prejudicar o monumento ou sua ambiência. Assinalar com um "X" nas quadrículas 50 a 52 os elementos ameaçados e nas quadrículas 53 a 55 as causas.

Quadrículas	elementos ameaçados
50	- Integridade do monumento;
51	- artes aplicadas ao edifício ou seu acervo;
52	- ambiência do monumento.
	<u>Causas</u>
53	- Agentes naturais (problemas de sub-solo, ação do tempo, dos insetos, etc);
54	- ação humana (depredação, mutilação, etc);
55	- falta de manutenção e/ou proteção.

Repetir por extenso cada uma das expressões codificadas.

DADOS JURÍDICOS - Assinalar na quadrícula 56 o tipo de propriedade segundo o código abaixo:

- F - Federal;
- E - estadual;
- M - municipal;
- R - instituição religiosa;
- P - privada.

Completar a informação com o nome do proprietário (quadrículas 57 a 79) e endereço.

A quadrícula 80 assinala o fim do cartão perfurado e seu número de ordem.

REINSPECIONADO POR: - Espaço reservado para os nomes dos responsáveis pelas avaliações futuras do estado de conservação do monumento e respectivas datas.

FICHA DE SÍTIO URBANO

1. FRENTE

CABEÇALHO - A ficha de sítio tem as mesmas dimensões e cabeçalho da ficha de monumento. No caso particular, procurou-se desenvolver uma ficha específica para os sítios urbanos e por esta razão aparece no cabeçalho a expressão "Sitio Urbano", em lugar de "Monumento".

IPAC Nº - O número de inscrição do sítio segue o mesmo critério adotado na ficha de monumentos: abreviatura do país, código do município adotado pelo IBGE, tipologia do sítio, proteção existente e número de ordem do sítio no âmbito do município, segundo a natureza do tombamento.

Os sítios são classificados tipologicamente em cinco categorias:

- 0.0 - Sítio natural;
- 0.1 - sítio histórico;
- 0.2 - sítio científico;
- 0.3 - sítio urbano;
- 0.4 - sítio misto (5)

LOCALIZAÇÃO - A terceira linha reúne as informações relativas à localização do sítio dentro da divisão político-administrativa do país. Estas informações deverão ser complementadas na quarta linha com a indicação da latitude, longitude e altura do sítio com relação ao nível do mar e a denominação do mesmo (quadrículas 20 a 59).

DESCRIÇÃO - Neste espaço, o mais amplo da ficha, deverá ser descrito o sítio de forma precisa, porém sucinta. Para maior homogeneidade do conteúdo das fichas a descrição deverá seguir o seguinte roteiro:

Descrição geográfica - indicar a função do aglomerado urbano (vide Quadro Sinóptico), as características geológicas e geomorfológicas do terreno em que está localizado o mesmo e a relação do sítio inventariado com o aglomerado e com o entorno.

Descrição histórica - descrever a formação e evolução do aglomerado.

Descrição sócio-econômica - assinalar o tipo de economia primitiva, causas de desenvolvimento e decadência, evolução demográfica.

Descrição urbanística - indicar a tipologia do aglomerado e as características urbanas e arquitetônicas do sítio inventariado.

Se o espaço para a descrição não for suficiente poderá ser utilizado o verso da ficha. As informações descritivas do sítio urbano deverão ser sintetizadas no Quadro Sinóptico, existente no verso da ficha.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO - O estado de conservação dos sítios de verã ser analisado segundo quatro itens: conjunto arquitetônico; monumentos relevantes; espaços livres; infra-estrutura e equipamentos.

Para uma análise mais cuidadosa, cada um destes itens foi dividido em sub-itens que receberam um determinado número de pontos, proporcional a sua importância no conjunto. Cada elemento poderá se apresentar em um dos três estados (6):

- Satisfatório** - elemento original bem conservado ou restaurado, valendo 100% dos pontos, isto é, isento de deduções;
- Medíocre** - elemento parcialmente alterado ou em estado precário, sujeito a dedução de 50% dos seus pontos;
- Ruim** - elemento muito alterado, eliminado ou substituído imprópriamente, perdendo todos os seus pontos.

A avaliação final se faz nos mesmos moldes que os monumentos, (vide anexo II). A época da avaliação do estado de conservação do sítio deverá ser assinalada nas quadriculas 60 a 64, sendo os três primeiros espaços reservados para as iniciais do mês e os dois restantes para a dezena do ano. Para futuras avaliações foram reservados os espaços necessários.

GRÁU DE PROTEÇÃO - O grau de proteção expressa o somatório dos valores urbanísticos, ambientais, históricos e arquitetônicos do sítio urbano inventariado. Um só sítio, registrado em uma única ficha, poderá compreender áreas de diferentes graus de proteção. Os diferentes graus de proteção, além de serem registrados no local conveniente, deverão ser assinalados na planta do sítio segundo a representação convencional a seguir descrita.

GP-1 - Proteção direta. Sítios de mais alto valor cultural que deverão ser conservados integralmente.

São áreas com uma morfologia urbana muito característica e em geral homogêneas, do ponto de vista arquitetônico, ou de grande densidade de monumentos. Qualquer obra pública ou privada nestas áreas deverá ser feita sob o controle direto dos órgãos públicos competentes. Representação convencional dos limites de tais áreas:

GP-2 - Proteção direta. Sítios de grande valor nos quais a conservação deve ser considerada proeminente.

São geralmente conjuntos arquitetônicos que tiveram parte de seus imóveis alterados ou substituídos, mas que conservam sua morfologia urbana e uma relativa homogeneidade arquitetônica. Nestas áreas não deverão ser permitidas nenhuma atividade ou ação que contraste com o valor que justificou a proteção. Toda ação deve ficar sob o controle direto dos órgãos públicos competentes e deve estar de acordo com os planos de valorização da área elaborados em base a pesquisas realizadas no local. Representação convencional dos limites destas áreas:

G-3 - Proteção de referência. Áreas cuja preservação resulta da necessidade de emoldurar e valorizar um edifício ou um sítio classificado como GP-1 ou GP-2.

Em tais setores toda obra pública ou privada deverá ser previamente

aprovada pelos órgãos públicos competentes que zelarão pela observância dos limites de altura e de volumetria das construções novas, segundo a legislação vigente. Estes setores deverão estar compreendidos dentro da área de atuação de um Plano Regulador Geral. Representação convencional dos limites de tais setores: _____

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO - Relacionar as perspectivas de transformação do sítio inventariado, seja no sentido estritamente urbanístico, seja no sentido mais amplo de transformação sócio-econômica. Todas as indicações deverão ser comprovadas, ou pelo menos verificadas em suas premissas.

PERIGOS POTENCIAIS - Registrar eventuais perigos que poderão ameaçar o sítio ou seu entorno. Assinalar com um "X" nas quadrículas 71 a 75 os elementos ameaçados e nas quadrículas 76 a 79 as suas causas.

Quadrículas - Elementos ameaçados

- | | |
|----|-----------------------------------|
| 71 | - conjunto arquitetônico; |
| 72 | - edifícios relevantes; |
| 73 | - espaços livres; |
| 74 | - infra-estrutura e equipamentos; |
| 75 | - entorno |

Causas

- | | |
|----|---|
| 76 | - agentes naturais (problemas de sub-solo, intemperies, etc); |
| 77 | - transformações sócio-econômicas; |
| 78 | - falta de proteção e/ou manutenção; |
| 79 | - grandes obras públicas ou privadas. |

A quadrícula 80 indica o término do cartão perfurado e seu número de ordem: 1.

PROTEÇÃO EXISTENTE - Indicar a proteção existente, citando detalhes como livro, número e data do tombamento ou o decreto de proteção. Esclarecer se se trata de declaração de intangibilidade, normas urbanísticas ou vínculos paisagísticos, hidro-geológicos, etc.

PROTEÇÃO PROPOSTA - Indicar medidas recomendáveis de proteção, seja de caráter legal, seja de natureza técnica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA - Mencionar os livros que pelas informações ou dados bibliográficos contidos possam constituir uma referência fundamental para o conhecimento do sítio urbano e do aglomerado em que se situa. Se a bibliografia for muito extensa assinalar apenas o sobre-nome do autor e ano da publicação. Os demais elementos de referência deverão aparecer na bibliografia geral do volume.

OBSERVAÇÃO - Neste espaço deverão ser assinaladas informações não contidas nos demais quadros da ficha. Dentre estas, destacam-se os fatos históricos, sociológicos e científicos associados com o sítio,

bem como uma apreciação sobre a eficiência das medidas de proteção.

2. **VERSO DA FICHA**

O verso da ficha compreende um espaço em branco, destinado a complementação da descrição ou a apresentação de documentação gráfica ou fotográfica do sítio, e o Quadro Sinóptico, que resume todas as informações descritivas relativas ao sítio. Este quadro compreende duas partes: a primeira referente ao aglomerado urbano em que está situado o sítio (cartão perfurado nº 2) e a segunda específica do sítio inventariado (cartões 3, 4 e 5).

QUADRO SINÓPTICO (7)

SITUAÇÃO - Assinalar com um "X" a condição geomorfológica do local em que está situado o aglomerado urbano (cidade, vila, povoado). Um mesmo local pode apresentar duas condições geomorfológicas. Exemplo: ilha e colina.

FUNÇÃO DO AGLOMERADO - A função que determinou o aparecimento do assentamento humano deverá ser assinalado com um "X" na quadrícula correspondente.

Quadrícula - Função do Aglomerado

- | | |
|----|--|
| 26 | - Entrepasto comercial, isto é, cidade ou vila que serve como centro mercantil e social para uma área tributária à mesma; |
| 27 | - foco de linhas de transporte ou ponto de transbordo de carga, ou seja, cidade ou vila de encruzilhada, ribeirinha ou portuária; |
| 28 | - centro de serviços especializados como: mineração, indústria, administração, educação (cidade universitária), recreação ou turismo, peregrinação, defesa militar, etc. |

Um aglomerado urbano pode ter sua localização determinada por mais de uma função. Esta informação com maiores detalhes deverá estar contida na frente da ficha, na parte reservada a descrição.

TIPOLOGIA URBANA - O aglomerado urbano deverá ser classificado em um dos três tipos urbanos a seguir descritos:

Simples - assentamento mono-nuclear que se estruturou em função de um eixo viário linear ou de dois destes eixos que se cruzam.

Composto - assentamento poli-nuclear, na maioria dos casos devido a presença de uma barreira como um rio, encosta ou linha férrea, que divide o aglomerado em duas ou mais partes.

Complexo - assentamento que passou por um longo processo de desenvolvimento e apresenta um certo número de "formae urbis", concluídas ou em desenvolvimento, que caracterizam os diversos períodos históricos da vida do aglomerado urbano (8).

EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA - Registrar os anos de fundação do aglomerado e transformação em vila e em cidade.

EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA E TERRITORIAL - Reproduzir com critério cronológico os dados demográficos conhecidos, inclusive os censos de 1940 a 1970. Fazer o mesmo com os dados territoriais para que possa ser feito um paralelo. A quadrícula 80 indica o término do cartão perfurado e seu número de ordem: 2. A partir deste ponto, todos os dados referem-se ao sítio inventariado.

ZONAS PROTEGIDAS - Especificar a área em hectares de cada uma das zonas protegidas.

TOPOGRAFIA, TECIDO URBANO - Assinalar com um "X", nos espaços correspondentes, as características de cada um destes elementos.

ENTORNO - Avaliar a relação do entorno natural ou artificial (zona urbanizada) com o sítio, se satisfatória, medíocre ou ruim.

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA - Assinalar a existência eventual de traçados urbanos, infra-estruturas, monumentos e conjuntos do passado, precisando a época (século e período) dos elementos que restam, ainda que em ruína.

NÚMERO DE EDIFÍCIOS - Registrar a partir da direita o número de edifícios compreendidos no sítio com proteção direta, isto é, zonas GP-1 e/ou GP-2.

USO DO SOLO E REGIME DE POSSE - Transcrever nas quadrículas respectivas os percentuais de uso do solo e regime de posse dos imóveis, aproximando os resultados para valores inteiros. A quadrícula 80 indica o término da terceira ficha perfurada.

ESPAÇOS LIVRES - Registrar o número de espaços livres em suas várias categorias, isto é, ruas, praças, hortos, etc.

ESPAÇO PÚBLICO DOMINANTE - Assinalar as características do espaço público dominante, se houver. Quanto à função as praças se classificam em:

Praça de reunião - aquelas que servem à concentração de pessoas seja por razões sócio-culturais, comerciais ou de lazer. São praças onde geralmente está localizado um edifício público como a matriz, a prefeitura ou o correio. Nesta categoria estão compreendidas as praças principais das pequenas cidades, onde se realiza a feira, o "footing" etc.

Praça átrio - aquelas que servem de vestíbulo a um edifício religioso ou civil. Em alguns casos, estas praças, em lugar de um edifício dominante, apresentam um monumento comemorativo, uma estátua. Nesta categoria estão as praças que antecedem algumas igrejas, casas de

câmara e cadeia, teatros e também os pequenos largos de chafariz.

Praça de tráfego - aquelas que servem primordialmente à circulação e ao estacionamento de veículos (9).

CARACTERES DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO - Assinalar com um "X" nas quadrículas respectivas as características do casario. Quanto à estrutura, entende-se como: Estrutura Parietal - as construções com paredes auto-portantes de pedra, tijolo, adobe, etc; Estrutura Autônoma - as construções com um esqueleto estrutural independente das paredes de vedação; Estrutura Mista - construções em que são combinados os dois sistemas anteriores. Como estado de conservação, assinalar o percentual dos imóveis em estado satisfatório, medíocre e ruim.

EDIFÍCIOS RELEVANTES - Quantificar as construções que se destacam no conjunto, edifícios classificados com GP-1 e GP-2, e que foram incluídos no inventário de monumentos.

MONUMENTO DOMINANTE - Reproduzir a inscrição do IPAC do monumento que por suas dimensões ou implantação topográfica domina o conjunto. Quando não ocorrer esta situação, deixar o espaço em branco.

POPULAÇÃO DO SÍTIO URBANO INVENTARIADO - Para o preenchimento deste item deverá ser feito um inquérito sócio-econômico sobre uma mostra aleatória de 20%, ou em sua impossibilidade de 10%, dos imóveis do sítio. Para facilitar a comparação dos resultados obtidos no sítio inventariado com os dados referentes ao aglomerado, adotou-se os mesmos critérios utilizados pelo IBGE. Registrar no local adequado a época em que foi realizado o inquérito assinalando o trimestre seguido da dezena do ano. Com exceção da população total, que é dada em valor absoluto, os demais elementos são expressos em valores inteiros de percentagem.

ATIVIDADE ECONÔMICA DOS MAIORES DE 10 ANOS - Entende-se como atividade:

Primária - agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca.

Secundária - extração mineral, indústrias de transformação, indústria da construção e serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, gás, água e esgoto).

Terciária - comércio de mercadorias, prestação de serviços, transportes, comunicações e armazenagens, atividades sociais, administração pública, comércio de imóveis e profissionais liberais.

Sem atividade - pessoas sem ocupação, estudantes, pensionistas, inválidos e as que vivem de renda ou exercem atividades domésticas - não remuneradas, tudo conforme os critérios adotados pelo IBGE para o censo de 1970.

INSTRUÇÃO DOS MAIORES DE 10 ANOS - Para preenchimento deste item deverão ser considerados apenas aquelas pessoas que possuam cursos completos dos diversos níveis.

LOCAL DE NASCIMENTO - Além do registro do estado ou município de nascimento dos habitantes, deverá ser assinalado também o percentual de pessoas de origem urbana e rural. Término da ficha 5.

3. FICHAS COMPLEMENTARES

A ficha principal deverá ser complementada por fichas secundárias onde serão reproduzidas plantas, fotografias e gravuras. As fichas complementares trarão como elemento de identificação apenas o número de inscrição do sítio. Dentre as plantas que deverão ser reproduzidas figuram:

- Planta de Localização do Sítio dentro do aglomerado urbano assinalando, se possível, a zona de proteção da visibilidade (G-3);
- Planta de Zoneamento de Proteção, assinalando os perímetros das zonas GP-1 e/ou GP-2 e o grau de proteção de cada edifício;
- Planta Cronológica, assinalando as várias etapas de evolução do sítio e a época de todos os edifícios (10);
- Planta de Número de Pavimentos das Edificações, que deverá considerar apenas os pisos acima do acesso principal;
- Planta de Uso do Solo, na qual serão assinalados os usos de todos os imóveis segundo as categorias adotadas no Quadro Sinóptico.

FOTOGRAFIAS - A documentação fotográfica deverá constar dos seguintes elementos:

- foto aérea oblíqua do sítio;
- perfil do conjunto quando este for edificado sobre colina;
- panorâmicas dos principais espaços públicos;
- fotos da arquitetura corrente do conjunto;
- foto de detalhes que mereçam destaque como fontes, pavimentações, etc.

NOTAS

- 1) Estas normas foram elaboradas a partir daquelas adotadas pelo Conselho de Cooperação Cultural da Europa e transcritas por Pietro Gazzola em "L'Inventario de Protezione del Patrimonio Culturale", Verona 1970. Entretanto, foram necessárias algumas modificações para adaptá-las às condições brasileiras e permitir o seu processamento por computador. Esta preocupação somada à experiência adquirida com a realização do IPAC dos monumentos de Salvador fez com que modificássemos ligeiramente a ficha de monumento anteriormente utilizada, como se pode verificar comparando os volumes I e II do IPAC-Ba. Mas, foi a ficha de sítio que sofreu maiores modificações. Isto se deve à decisão de adotarmos uma ficha específica para Sítios Urbanos e não uma ficha genérica, aplicável a qualquer situação, como a criada pelo Conselho da Europa. As modificações realizadas naquela ficha consistiram basicamente na introdução de dois elementos: a avaliação objetiva do estado de conservação dos sítios urbanos e o quadro sinóptico, reproduzido no verso da mesma, que permite a codificação das informações contidas.
- 2) O presente método de avaliação do estado de conservação dos monumentos não consta das normas adotadas pelo Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu. Elas foram desenvolvidas especialmente para o IPAC e atendem às peculiaridades dos nossos monumentos. Na realização do IPAC-Ba, volume I, Monumentos do Município de Salvador, adotamos um sistema acumulativo de pontos que na prática demonstrou limitações em seu uso. Aquele sistema ao ser aplicado a obras modestas, como casas e capelas rurais, ainda quando bem conservadas, nunca somava o número mínimo de pontos correspondente à condição satisfatória, devido à inexistência de certos elementos como molduras, forros, decorações internas, etc. Por esta razão decidimos adotar um sistema baseado na dedução de pontos para os elementos mal conservados ou substituídos imprópriamente. Deste modo qualquer edifício, modesto ou requintado, se bem conservado, recebe o número integral de pontos.
- 3) Estes dois itens não constam da ficha do Conselho da Europa que avalia apenas o grau de umidade dos imóveis.
- 4) Embora as normas do Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu exijam apenas a planta de situação do monumento, realizada a partir do mapa cadastral, decidimos incluir obrigatoriamente o levantamento arquitetônico de todos os monumentos inventariados.
- 5) O Conselho de Cooperação Cultural da Europa definiu da seguinte maneira os sítios:
É considerado sítio todo conjunto, seja obra do homem, seja da natureza, cuja homogeneidade e interesse especialmente artístico, histórico,

etinográfico, científico ou lendário, justifica sua proteção e valorização.

Para efeito de inventário era necessário classificar os sítios e conceituar cada tipo. Deste modo foram adotadas cinco categorias que são definidas a seguir:

Sítios Naturais - são aquelas porções de território que devem ser protegidas por seu valor natural, de paisagem ou de unidade geomorfológica.

Dentre estes podem estar compreendidos, tanto simples acidentes (grutas, formações geológicas, cascatas, etc) com sua respectiva moldura na escala adequada a uma perfeita valorização (Art. 6º da Carta de Veneza), quanto locais ou territórios de notável extensão (conjuntos de costas, de montanhas, de vales, etc).

Sítios Históricos - são as partes do território cujo interesse histórico, cívico ou lendário justifica sua preservação.

Sítios Científicos - são aquelas extensões de território no interior das quais foram descobertos elementos de interesse científico, que tenham valor como documento histórico, com base no que expressa a Carta de Veneza.

Estão compreendidos nesta categoria os locais nos quais existem vestígios relacionados, tanto com a pré-história e a proto-história, quanto a antiguidade clássica e épocas sucessivas. São considerados também sítios científicos os locais nos quais estejam presentes: características geológicas, formações paleontológicas, grutas, vestígios de interesse arqueológico ou etnográfico, reservas de fauna e flora, etc.

Sítios Urbanos - são aquelas áreas de terreno urbanizado que pelo interesse cultural e histórico de sua estrutura e morfologia urbana e pela homogeneidade e unidade da arquitetura que as compõem tem valor de documento histórico, com base no artigo 1º da Carta de Veneza.

Sítios Mistos - (Urbanos e Naturais) - são aquelas porções de território que são caracterizadas pela combinação da obra da natureza e do homem.

Dentre estes estão compreendidos todos aqueles casos que não se enquadram perfeitamente nem na categoria de sítios naturais, nem na de sítio urbano, pois apresentam características próprias tanto de uma, quanto de outra definição.

- 6) A ficha original do Conselho da Europa solicita apenas uma avaliação geral sobre o estado atual do sítio. Para que esta avaliação não se tornasse subjetiva adotamos um método, a semelhança do criado para os monumentos, específico para os Sítios Urbanos. Admitiu-se que o Sítio Urbano é composto de quatro itens: conjunto arquitetônico, monumentos relevantes, espaços livres, infra-estrutura e equipamentos, e que estes itens podem por sua vez ser divididos em sub-itens para efeito de avaliação, vide Anexo II.

- 7) O Quadro Sinóptico não consta da ficha original do Conselho da Euro-

pa. Sua função é sistematizar as informações descritivas sobre o sítio e deste modo permitir o seu processamento por computador. Um quadro semelhante foi proposto pela primeira vez por Pietro GAZZOLA e Loris FONTANA em Analisi Culturale del Territorio, il Centro Storico Urbano, Padua, Marsilio Editori, 1973. Embora o quadro adotado tenha se inspirado no trabalho citado, apresenta uma estrutura diferente, desenvolvida a partir de nossas necessidades.

- 8) O conceito de tipologia urbana aqui exposto foi extraído de GAZZOLA e FONTANA, op. cit.
- 9) Esta classificação das funções das praças foi tomada de Pierre LAVEDAN em Geographie des villes, Paris, Gallimard, 1959.
- 10) A determinação da época de construção de um edifício, quando não se dispõe de documentação histórica, deverá ser feita por suas características estilísticas. Em muitos casos isto não é fácil, devido à perda ou alteração das características primitivas do edifício.

Distingue-se portanto três casos:

- I - Construção de uma única época e que preserva suas características estruturais, tipológicas e decorativas.
- II - Edifício iniciado em uma época e concluído ou modificado em, outra, mas que mantém elementos característicos dos dois ou mais períodos.
- III - Edifício reconstruído em uma época utilizando elementos anteriores de época não identificável.

AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS MONUMENTOS · anexo I

ÍTEMS	SUB-ÍTEMS	Nº de Pontos	SATISFATÓRIO	Dedução	MEDÍOCRE	Dedução	RUIM	Dedução
ESTRUTURA	Fundações	36	Sem recalque	0	Pequenos recalques	-18	Grandes recalques	-36
PORTANTE	Suportes verticais	36	Estável, sem lesões de importância	0	Pequenas lesões	-18	Periclitantes	-36
100 Pontos	Suportes horizontais	28	Originais ou restaurados, Estado bom	0	Parcialmente estragados	-14	Arruinados ou impropriamente substituídos	-28
ELEMENTOS	Vãos	20	Originais ou restaurados, Estado bom	0	Alterados parcialmente	-10	Grandemente alterados	-20
SECUNDÁRIOS	Esquadrias	20	Originais ou restauradas, Estado bom	0	Mal conservadas ou parcialmente alteradas	-10	Eliminadas ou substituídas impropriamente	-20
100 Pontos	Grades e guarda-corpos	20	Originais ou restaurados, Estado bom	0	Mal conservados ou parcialmente alterados	-10	Eliminados ou substituídos impropriamente	-20
	Revestimento externo	20	Original ou restaurado, Estado bom	0	Precário ou parcialmente alterado	-10	Destruido ou substituído impropriamente	-20
	Modanatura	20	Original ou restaurada, Estado bom	0	Mal conservada ou parcialmente alterada	-10	Eliminada ou substituída impropriamente	-20
COBERTURA	Estrutura da cobertura	28	Original estável ou restaurada	0	Precária ou parcialmente alterada	-14	Periclitante ou substituída impropriamente	-28
100 Pontos	Madeiramento secundário	28	Necessita de 10% de substituição	0	Necessita de 50% de substituição	-14	Necessita de substituição total	-28
	Entelhamento	28	Original ou restaurado, Estado bom	0	Precário ou parcialmente alterado	-14	Com muita goteira ou substituído impropriamente	-28
	Beirais e terminações	16	Originais ou restaurados, Estado bom	0	Mal conservados ou alterado parcialmente	-8	Suprimidos ou substituídos impropriamente	-16
INTERIOR	Divisórias internas	20	Originais ou restauradas, Estado bom	0	Mal conservadas ou parcialmente alteradas	-10	Arruinadas ou grandemente alteradas	-20
100 Pontos	Pisos	20	Originais ou restaurados, Estado bom	0	Mal conservados ou parcialmente alterados	-10	Arruinados ou substituídos impropriamente	-20
	Escadas	20	Originais ou restauradas, Estado bom	0	Mal conservadas ou parcialmente alteradas	-10	Arruinadas ou substituídas impropriamente	-20
	Revestimento e decoração	20	Original ou restaurados, Estado bom	0	Mal conservados ou parcialmente alterados	-10	Arruinados ou substituídos impropriamente	-20
	Forros	20	Originais ou restaurados, Estado bom	0	Mal conservados ou parcialmente alterados	-10	Arruinados ou substituídos impropriamente	-20
INSTALAÇÕES	Rêde hidráulica	30	Embutida sem vazamento	0	Externa ou com vazamento	-15	Precária ou inexistente	-30
E SERVIÇOS	Sanitário	30	Satisfatório, localizado dentro do edifício	0	Insatisfatório ou inadequadamente localizado	-15	Fossa seca ou inexistente	-30
100 Pontos	Rêde elétrica	20	Embutida e satisfatória	0	Externa ou deficiente	-10	Precária ou inexistente	-20
	Cozinha*	20	Satisfatória, localizada dentro do edifício	0	Insatisfatória ou inadequadamente localizada	-10	Improvizada ou inexistente	-20
SALUBRIDADE	Iluminação e vent. natural	50	Em 2/3 dos ambientes ou mais	0	Entre 2/3 e 1/3 dos cômodos	-25	Em apenas 1/3 dos cômodos	-50
100 Pontos	Umidade dos ambientes	50	Pequena	0	Média	-25	Muito grande	-50

* Aplicável apenas a edifícios de função habitacional como casas, conventos, quartéis, hospitais, etc.

Aprovação de pontos: Estado Satisfatório = 90 ou mais pontos

Mediocre = entre 45 e 89 pontos

AValiação DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS SÍTIOS URBANOS · anexo II

ÍTEMS	SUB-ÍTEMS	Nº de Pontos	SATISFATÓRIO	Dedução	MEDÍOCRE	Dedução	RUI M	Dedução
CONJUNTO	Conservação	40	Estado médio dos edifícios satisfatório	0	Estado médio dos edifícios medíocre	-20	Estado médio dos edifícios ruim	-40
ARQUITETÔNICO	Habitabilidade	30	Habitabilidade média dos edifícios satisfatória	0	Habitabilidade média dos edifícios medíocre	-15	Habitabilidade média dos edifícios ruim	-30
100 Pontos	Condições sociais	30	Estabilidade social boa	0	Em processo de mudança social	-15	Deteriorado socialmente	-30
MONUMENTOS	Conservação	40	Estado médio dos edifícios satisfatório	0	Estado médio dos edifícios medíocre	-20	Estado médio dos edifícios ruim	-40
RELEVANTES	Habitabilidade	30	Habitabilidade média dos edifícios satisfatória	0	Habitabilidade média dos edifícios medíocre	-15	Habitabilidade média dos edifícios ruim	-30
100 Pontos	Uso social	30	Adequado e contínuo	0	Inadequado ou eventual	-15	Impróprio ou inexistente	-30
ESPAÇOS	Calçadas e veredas	40	Originais ou restauradas	0	Mal conservadas, alteradas, ou refeitas	-20	Eliminadas ou imprópriamente substituídas	-40
LIVRES	Vegetação	30	Original ou restaurada	0	Mal conservada, alterada, ou refeita	-15	Eliminada ou imprópria	-30
100 Pontos	Equipamentos	30	Originais ou restaurados	0	Mal conservados, alterados, ou refeitos	-15	Eliminados ou impróprios	-30
INFRA-ESTRUTURA	Pavimentação	40	Original ou restaurada	0	Mal conservada, alterada, ou refeita	-20	Eliminada ou imprópriamente substituídas	-40
100 Pontos	Água e esgoto	30	Serviço bom	0	Serviço deficiente	-15	Serviço precário ou inexistente	-30
	Iluminação, elétric, e telefone	30	Serviço bom, redes enterradas	0	Serviço deficiente ou redes aéreas	-15	Serviço precário ou inexistente	-30

OBS: Para avaliação da estabilidade de um conjunto de edifícios deverá ser feita a média das avaliações individuais.

Para este efeito deverão ser considerados os itens: Estrutura portante, Elementos Secundários e Cobertura.

Para avaliação da habitabilidade de um conjunto de edifícios procede-se de modo semelhante à avaliação da estabilidade, considerando-se porém os itens: Interior, Instalações e serviços e Salubridade.

Apuração de pontos: Estado Satisfatório - 90 ou mais pontos

Medíocre - entre 45 e 89 pontos

Ruim - menos de 45 pontos

BIBLIOGRAFIA

1 - BIBLIOGRAFIA GERAL

- ACCIOLI, Ignácio & AMARAL, Braz do - Memórias históricas e políticas da Província da Bahia. Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1919/1937. 5 vols.
- AGUIAR, Raymundo - A perspectiva nos tetos do período barroco na Bahia, Revista Uníversitas nº 3/4, maio/dez. 1969, Salvador, UFBA, 1969.
- ALBUM Artístico, Comercial e Industrial do Estado da Bahia, organizado editado por Manuel Rodrigues Folgueira. Salvador, 1930.
- ALVES, Marieta - Dicionário de artistas e artífices na Bahia. Salvador, UFBA, 1976.
- _____ - Folhas mortas que ressuscitam. Salvador, Pref. Municipal, 1975.
- _____ - História Arte e Tradição da Bahia. Salvador, Pref. Municipal, 1974.
- ANDRADE, Sérgio Nobre de & ANDRADE, José Nazareno de - Agroindústria canavieira na Bahia. Recife, Sudene, 1969.
- ANTONIL, André João - Cultura e opulência do Brasil. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1967.
- AZEVEDO, Fernando de - Canaviais e engenhos na vida política do Brasil. Rio de Janeiro, Inst. do Açúcar e do Alcool, 1948.
- BARRETO, Paulo Thedin - Casas de Câmara e Cadeia, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. XI. Rio de Janeiro, 1947.
- BARROS, F. Borges de - Arquivo histórico. Salvador, 1929.
- _____ - Esboço chorographico da Bahia, Anais do Arquivo Público da Bahia, vol. II, 1917.
- BAZIN, Germain - L'Architecture religieuse baroque au Brésil. Paris, Librairie Plon, Museu de Arte de São Paulo, 1956, 2 vols.
- CALMON, Pedro - Histórica da Fundação da Bahia. Salvador, Museu do Estado, 1949.
- CAMINHA, Adrião - A cana de açúcar na Bahia. Salvador, Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia, 1944.
- CARDIM, Fernão - Tratado da terra e gente do Brasil. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1939.
- CARTA sobre engenhos de açúcar, in: Documentos históricos, nº 88. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1950.
- CASAL, Pe. Aires do - Corografia brasílica. S. Paulo, Ed. Cultura, 1943.
- CORONA & LEMOS - Dicionário da arquitetura brasileira. São Paulo, Edart, 1972.
- COSTA, Lúcio - Arquitetura Jesuítica no Brasil, Revista do SPHAN, nº 5. Rio, MES, 1941.
- DIEGUES Jr., Manuel - O engenho de açúcar no Nordeste. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1952.
- FREIRE, Gilberto - Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, 1950.
- GAZZOLA, Pietro - L'Inventário de protezione del patrimonio culturale. Verona, 1970.
- _____ & FONTANA, Loris - Analisi culturale del territorio, il Centro Histórico Urbano. Padua, Marsilio Editori, 1973.
- IPHAN, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Relação de bens tombados. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1974.
- JAMBEIRO, Marusia de Brito - Engenhos de rapadura, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 1973.
- KOSTER, Henry - Viagens ao Nordeste do Brasil. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1942.
- LEITE, S.J. Pe. Serafim - Artes e ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760). Porto, 1953.
- _____ - História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa, Rio de Janeiro, 1938-1945, 6 vols.
- LINS do REGO, José - Fogo morto. Rio de Janeiro, 1943.
- _____ - Menino de engenho. Rio de Janeiro, 1941.
- _____ - Usina. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, 1967.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de - Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1971.
- MIRANDA, Hircio Fêrmo de - Cataventos na paisagem colonial carioca, Revista Arquitetura (IAB) nº 30. Rio de Janeiro, 1964.
- PINHEIRO, Tobias - Lei Áurea liquidou com os engenhos de minha terra, Revista Brasil Açucareiro, junho de 1967. Rio de Janeiro, 1967.
- PONTUAL, Roberto - Dicionário das artes plásticas no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- ROCHA PITTA - História da América Portuguesa. Bahia, 1878.
- SANTOS, Paulo F. - O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil. Rio de Janeiro, Liv. Kosmos Editora, 1951.
- SILVA TELLES, Augusto da - Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil. Rio de Janeiro, MEC/FENAME, 1975.
- SMITH, Robert C. - Arquitetura civil do período colonial, Revista do DPHAN, nº 17. Rio de Janeiro, MEC, 1969.
- _____ - Jesuit buildings in Brazil, The Art Bulletin, nº 30. New York, 1948.
- TAVARES, Luis Henrique Dias - História da Bahia. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1974.

TOLLENARE, L. F. de - Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818, Salvador, Liv. Progresso, 1956.

TRICART, Jean & SILVA, Teresa Cardoso da - Estudos de Geomorfologia da Bahia e Sergipe, Salvador, Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, 1968.

VITERBO, Souza - Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899/1922, 3 vols.

2 - BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

AGOSTINHO, Pedro - Embarcações do Recôncavo: um estudo de origens, Salvador, Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1973.

ALMEIDA, Rômulo - Traços de história econômica da Bahia no último meio século, Salvador, Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1951.

ALVES, Marieta; SMITH, Robert; OTT, Carlos; RUY Afonso - História das Artes na cidade do Salvador, Salvador, Pref. Municipal, 1967.

AMARAL, Braz do - O Castelo da Torre de Garcia d'Ávila, Revista do IGHBa, nº 41, Salvador.

AMARAL, José Álvares do - Resumo Cronológico e Noticioso da Província da Bahia desde o seu descobrimento em 1500, Bahia, 1885. Há uma edição anotada por J. Teixeira de Barros, publicada pela Imprensa Oficial do Estado, em 1922.

ANAIS do Arquivo Público da Bahia, vols. IV/V e VI/VII dedicados a Torre de Garcia d'Ávila, organizados por F. Borges de Barros, Salvador, 1919/20.

AZEVEDO, Paulo O. D. de - A propósito de Moinhos de vento, Revista Arquitetura (IAB), nº 43, Rio de Janeiro, Jan. 1966.

AZEVEDO, Thales - Povoamento da cidade do Salvador, Salvador, Ed. Itapua, 1969.

_____ - Problemas sociais da exploração do petróleo na Bahia, Salvador, Imprensa Oficial, 1960.

BAHIA - A grande Salvador, posse e uso da terra, Salvador, Secretaria de Saneamento e Desenvolvimento Urbano, 1978.

BAHIA - Inventário de proteção do acervo cultural, vol. I, monumentos do município de Salvador, realizado por Paulo Ormino D. de Azevedo (coordenador) e Vivian Lene Correa Lima, Salvador, SIC/CFT, 1975.

BARBOSA, Mons. Manuel de Aquino - Padre Antonio Pinheiro de Queiroz, o São Vicente de Paula da Bahia, Revista do IGHBa, nº 84, 1968/1971, Salvador, 1971.

BARROS, Francisco Borges de - A Patatiba: descrição histórica, comercial e econômica, in: Anais do Arquivo Público da Bahia, vol. 1, Salvador, 1917.

_____ - Bandeirantes e sertanistas baianos, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1920.

BARROS, Francisco Borges de - O castelo da torre de Garcia d'Ávila in: Anais do Arquivo Público da Bahia, vol. XXIV, Salvador, 1936.

BARROSO, Romualdo - Nossa Senhora das Candelas, Bahia, 1872.

BULCÃO SOBRINHO, Antonio de Araújo de Aragão, Famílias baianas, Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1945/46, 3 vols.

CALASANS, José - Folclore geo-histórico da Bahia e seu Recôncavo, Estudos Baianos, nº 1, Salvador, UFBA, 1970.

CALDAS, José Antonio - Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759, Salvador, Tipografia Beneditina, 1951.

CALMON, Pedro - História da Casa da Torre, Rio, Liv. José Olympio Editora, 1958.

_____ - O Castelo dos Garcia, Revista da Academia de Letras da Bahia, nº 5, Salvador, 1934/36.

CALMON DU PIN E ALMEIDA, Miguel - Ensaio sobre o fabrico de açúcar, Bahia, 1834.

CASTRO & ALMEIDA, Eduardo - Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1912/16, 4 vols.

CUNHA, Mario Pinto da - Memórias de São Francisco do Conde, S.F. do Conde, Prefeitura Municipal, 1977.

DIÁRIO OFICIAL do Estado da Bahia, 1823 - 1923. Edição especial do Centenário, Salvador, 1923.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. XLII.

DOMINGUES, Alfredo José Porto & KELLER, Elsa Coelho de Souza - Bahia, guia de excursão nº 6 realizada por ocasião do 18º Congresso Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1958.

FALCÃO, Edgard Cerqueira - Encantos tradicionais da Bahia, São Paulo, Livraria Martins, 1943.

_____ - Relíquias da Bahia, São Paulo, 1949.

FIGUEREDO FILHO, Godofredo - A torre e o castelo de Garcia d'Ávila, Revista do SPHAN, nº 3, Rio de Janeiro, MES, 1939.

_____ - Influências orientais na pintura jesuítica da Bahia, Revista Universitatis nº 2, jan./abril 1969, Salvador, UFBA, 1969.

_____ - Os holandeses e a cultura artística na Bahia, Revista do IGHBa nº 66, Salvador.

FONSECA, Fernando L. da - Arquitetura do Recôncavo baiano, Revista de Cultura da Bahia nº 10, jan./dez. 1975, Salvador, Conselho Estadual de Cultura, 1975.

_____ - A torre de Garcia d'Ávila, Revista Universitatis nº 8/9, Salvador, UFBA, 1971.

- FONSECA, Fernando L. da - Algumas igrejas baianas. Salvador, 1961.
- _____ - O acervo arquitetônico de Salvador e Recôncavo. Revista C. J. Arquitetura nº 10, ano III, Rio de Janeiro, s/d.
- _____ - O Convento de São Francisco do Conde. Salvador, Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1975.
- _____ - Primórdios da arquitetura religiosa no Recôncavo baiano. Salvador, 1960.
- _____ - Ruínas notáveis. Revista de Cultura da Bahia, nº 5, jul./dez. 1970. Salvador, Conselho Estadual de Cultura, 1970.
- _____ - Um estudo de arquitetura rural. Bahia, Gráfica Ideal, 1961.
- FONSECA, Luiza - Aspectos da Bahia no Séc. XVIII. Revista do IGHBa, nº 77. Salvador, 1952.
- IBGE - Enciclopédia dos municípios brasileiros, vols. XX e XXI. Rio de Janeiro, 1958.
- _____ - Sinópsis preliminar do censo demográfico - Bahia. Rio de Janeiro, 1950, 1960, 1970.
- JABOATÃO, Fr. Antonio de Santa Maria - Novo orbe seráfico brasileiro ou crônica dos frades menores da Província do Brasil - Rio de Janeiro, Tipografia Brasiliense, 1958.
- _____ - Catálogo Genealógico das principais famílias que procedem de Albuquerque e Cavalcantes em Pernambuco e Caranurus na Bahia. Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1950.
- JARDIM, Pe. Ignácio - Notícia da Freguesia de N. Sra. do Socorro, in: Pedreira, Notícia histórica de São Francisco do Conde. Salvador, 1976.
- LEAL, Fernando M. - Notas sobre o Recôncavo: da arquitetura na Bahia Colonial. Tese de Concurso a Livre Docência da Escola de Belas Artes da UFBA. Salvador, 1958, mimeografado.
- LEAL, Herundino da Costa - História de Santo Amaro. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1964.
- _____ - Vida e passado de Santo Amaro. Bahia, Imprensa Oficial da Bahia, 1950.
- LISTA das informações e descrições das diversas Freguesias do Arcebispado da Bahia enviada pela frota de 1757, in: CASTRO & ALMEIDA, Inventário dos documentos existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa. Rio de Janeiro, Anais da Biblioteca Nacional, 1912/16.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz - Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo, Hucitec, 1978.
- MELO MORAIS, A. J. de - Brasil histórico. Bahia, 1866.
- NAEHER, Julius - "Land und leute in der brasilianische Provinz Bahia", 1881.
- NÓBREGA, Pe. Manuel da - Cartas do Brasil e mais escritos. Introdução e notas do Pe. Serafim Leite S. J. Coimbra, 1955.
- NOTAS históricas do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humíldes. Santo Amaro, s/d.
- NOTÍCIA Topográfica da Vila de Santo Amaro e suas relações com a Baía de Todos os Santos, in: "O Coimbra nº LXXXXVI, Lisboa, 5/VII/1820. - Transcrito por Pedreira em Memória Histórico-Geográfica de Santo Amaro. Brasília, 1977.
- OLIVEIRA, Joel da Silva - Argôlo Marechal Visconde de Itaparica. Bahia, 1971.
- OSÓRIO, Ubaldo - A Ilha de Itaparica. Bahia, 1928.
- _____ - Águas minerais de Itaparica. Salvador, 1959.
- OTT, Carlos - A colaboração do clero na decoração das igrejas baianas, Revista Universitas, nº 5, jan./abril de 1970. Salvador, UFBA, 1970.
- _____ - José Joaquim da Rocha, Revista do DPHAN, nº 15. Rio, MEC, 1961.
- _____ - Noções sobre a procedência da arte da pintura na Província da Bahia, Revista do DPHAN, nº 11. Rio de Janeiro, MES, 1947.
- _____ - Pré-história da Bahia. Salvador, Livraria Progresso, 1958.
- PEDREIRA, Pedro Tomás - A costa de Saubara e as lutas de Independência, Revista Universitas, nº 14, jan./abril, 1973. Salvador, UFBA, 1973.
- _____ - A freguesia e igreja de S. Gonçalo. S. Francisco do Conde, Prefeitura Municipal, 1978.
- _____ - Memória histórico-geográfica de Santo Amaro. Brasília, 1977.
- _____ - Notícia histórica de São Francisco do Conde. Salvador, Estudos Baianos, 1976.
- PEDRO II, Dom - Diário da viagem ao Norte do Brasil. Salvador, Livraria Progresso, 1959.
- PEIXOTO, Afranio - Braviário da Bahia. Rio de Janeiro, Agir, 1945.
- PINHO, Wanderley - Em torno do Castelo de Garcia d'Ávila, Revista do IGHBa, nº 55. Salvador, 1929.
- _____ - História de um engenho do Recôncavo, 1552 - 1944. Rio de Janeiro, Livraria Editora Zélio Valverde S. A., 1946.
- QUERINO, Manuel - As artes na Bahia; esboço de uma contribuição histórica. Bahia, Oficina do Diário da Bahia, 1913.
- _____ - A Bahia de outrora. Salvador, Livraria Progresso, 1955.
- _____ - Os artistas baianos, Revista do IGHBa, nº 31. Salvador, 1906.
- REBELLO, Domingos José Antonio - Corografia ou abreviada história geográfica do Império do Brasil. Bahia, Typographia Imperial Nacional, 1829.
- ROCHA, Carlos Eduardo da - Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, o engenho da Freguesia. Salvador, Ed. Itapua, 1973.

- ROCHA, Carlos Eduardo da - O mobiliário antigo na Bahia. Salvador, Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1973.
- SALGUEIRO, Francisco Sérvulo Moreira - Notícias das igrejas da Bahia (1887). Códice existente no Arquivo Público da Bahia.
- SALLES, Arthur de - A Vila de São Francisco, Diário Oficial do Estado da Bahia de 22/VIII/1923. Salvador, 1923.
- SAMPAIO, Teodoro - As primeiras vias de comunicação da cidade do Salvador, Revista do IGHBa, nº 79. Salvador, 1956.
- SANTA MARIA, Frei Agostinho de - Santuário mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora, Revista do IGHBa, nº 74. Bahia, 1947.
- SANTIAGO, Anfrisia - Capelas antigas da Bahia. Salvador, Centro de Estudos Baianos, 1951.
- SANTOS, Milton - A rede urbana do Recôncavo. Comunicação ao IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Salvador, 1959.
- _____ - O papel metropolitano da cidade do Salvador, Revista Brasileira dos Municípios, ano IX (35/36). Rio de Janeiro, IBGE, 1954.
- SEQUESTRO dos bens dos Jesuítas (1763). Salvador, Arquivo Público do Estado da Bahia, 1963.
- SILVA, José Nogueira da - Relação da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro do Recôncavo da Bahia (1757), in: Castro & Almeida, Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, anexo ao doc. 2.666. Transcrito também por Pedro T. Pedreira, em Memória Histórico-Geográfica de Santo Amaro, Brasília, 1977.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da - A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil. São Paulo, Cultrix, 1978.
- SILVA CAMPOS, J. da - Fortificações da Bahia. Rio de Janeiro, SPHAN, 1940.
- _____ - O vapor de Cachoeira, Revista do IGHBa nº 56, Bahia, 1930.
- _____ - Tempo antigo. Salvador, Museu do Estado, 1942.
- SILVA NIGRA, D. Clemente Ma. - Os dois escultores frei Agostinho da Piedade, frei Agostinho de Jesus e o Arquiteto frei Macário de São João. Salvador, UFBA, 1971.
- SIMÕES, J. M. dos Santos - Azulejaria portuguesa no Brasil, 1500-1822. Lisboa, Fundação Calouste Goulbenkian, 1965.
- SMITH, Robert C. - Alguns desenhos de arquitetura existentes no Arquivo Histórico Colonial Português, Revista do SPHAN, nº 4. Rio de Janeiro, MES, 1940.
- _____ - Arquitetura Colonial Baiana: alguns aspectos de sua história. Bahia, Museu do Estado da Bahia, 1941.
- _____ - Documentos baianos, Revista do SPHAN, nº 9. Rio de Janeiro, MES, 1945.
- SOARES DE SOUZA, Gabriel - Tratado descritivo do Brasil, em 1587. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1938.
- SPIX, Johann von & MARTIUS, Karl F.P. von - Através da Bahia. Salvador, Imprensa Oficial, 1916.
- TITARA, Ladislau dos Santos - Paraguassú, epopéia da Guerra da Independência na Bahia. São Paulo, Edição Comemorativa do Sesquicentenário do 2/VII/1823, 1973. Este poema foi anteriormente publicado pela revista do IGHBa.
- VIANNA, Francisco Vicente & FERREIRA, José Carlos - Memórias sobre o Estado da Bahia. Salvador, Typographia do Diário da Bahia, 1893.
- VILHENA, Luis dos Santos - A Bahia no século XVIII. Salvador, Ed. Itapua, 1969, 3 vols.
- VILA de Abrantes: reinauguração da igreja matriz. Salvador, s/ed., 1976.
- VITÓRIA, João da Costa Pinto - Família Costa Pinto. Salvador, 1959.
- WOOD, Russell A. J. R. - Aspectos da vida social das irmandades leigas da Bahia no século XVIII, Revista Universitas, nº 6/7. Salvador, UFBA, 1970.

3 - DOCUMENTOS CONSULTADOS

ARQUIVO DA FPACBa

Pasta de Obras da Capela do Bom Despacho, Itaparica

Projeto de Restauração do Convento dos Humildes, Santo Amaro

Projeto de Restauração do Sobrado da Praça Tenente Botas, Itaparica

ARQUIVO DO IPHAN

Pasta de Obras dos seguintes monumentos: Igreja do Divino Espírito Santo, em Camaçari; Capela de S. Antonio dos Velasquez, Igreja do Santíssimo Sacramento e Igreja de S. Lourenço, em Itaparica; Igreja de S. Amaro de Ipitanga, em Lauro de Freitas; Torre de Garcia d'Ávila, em Mata de S. João; Casa de Câmara e Cadeia, Casa à Rua da Matriz 9, Matriz de N. Sra. da Purificação e Matriz de Oliveira dos Campinhos, em Santo Amaro; Convento de S. Antonio, em S. Francisco do Conde.

Pastas "Diversos" dos seguintes monumentos: Eng. Freguesia e Eng. Matoim, em Candelas; Capela de São Bráz e Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro; Eng. São Miguel e Almas, em São Francisco do Conde; Eng. Lagoa, em S. Sebastião do Passé; Igreja de Vera Cruz, em Vera Cruz, Ilha de Itaparica.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Inventário de Jerônimo Moniz Fiuza Barreto, São Francisco do Conde, 1869

Inventário de Manuel Alves Ferreira, maço 3567

Livro de Ordens Régias de 1702 a 1710

Livro de Ordens Régias de 1783 a 1787

Livro do Registro das Terras da Freguesia de N. Sra. da Ajuda do Bom Jardim de 1857 a 1863

Livro do Registro das Terras da Freguesia de N. Sra. do Desterro do Outeiro Redondo de 1857 a 1859

Livro do Registro das Terras da Freguesia de N. Sra. da Encarnação do Passé de 1857 a 1863

Livro de Registro das Terras da Freguesia de N. Sra. do Monte de 1857 a 1862

Livro de Registro das Terras da Freguesia de N. Sra. da Piedade de Matoim de 1857 a 1858

Livro do Registro das Terras da Freguesia de S. Gonçalo e Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde de 1855 a 1860

Relação da Freguesia de N. Sra. da Encarnação de Passé e dos seus sítios e lugares, 1757

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CIDADE DE SANTO AMARO

Livros de Registro de imóveis

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

Livros de Registro de imóveis

4 - DEPOIMENTOS VERBAIS RECOLHIDOS

ABEL, Pe. João

ARAÚJO, Agnelo Magestade de

BANDEIRA, Pedro Rodrigues de Ferreira

BITTENCOURT, Clemente Mariani

BITTENCOURT, Mathias Mariani

CARNEIRO, Pedro Oliveira

CARVALHO, José Lopes de

CARVALHO, Pâmphilo Pedreira de

COUTO, Gracilia Magalhães

COUTO, Luís Meireles de Almeida

DANTAS, Neuza

DIAS, Ligia Costa Pinto

FRANÇA, Nadja Bacelar de

GARCEZ, Angelina

GARCEZ, Luís Augusto Vianna

GUEDES, Antonio Pascoal

LEITE, Pe. Argemiro Moreira

LEMOS, Nelson Bulcão

LIMA, José A. Carvalho Correia

MEDRADO, Theodolna O. P. Landulfo

NASCIMENTO, Guerda Hülsen

PINHO, Stella Wanderley

PINTO, José Luís

PORCIÚNCULA, Julieta

SANCHES, Rubens Ribeiro

SANTANA, Oswaldo Lourenço de

SANTOS, Euclides

SANTOS, Luís Carvalho dos

SENA, Consuelo Pondé

SILVA, Gaspar Correa da

VITÓRIA, João da Costa Pinto

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A SIC-CFT agradece todas as informações adicionais referentes aos monumentos inventariados pelo IPAC-Ba, que deverão ser encaminhadas para:

Secretaria da Indústria e Comércio
CFT - Projeto Patrimônio Histórico
Centro Administrativo da Bahia
Av. Luis Viana Filho
Salvador, 40.000, Bahia